

A DÍVIDA E A CORAGEM

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S.Paulo 16/02/90

A viagem do presidente eleito foi um sucesso. Não teve grande repercussão na imprensa dos países visitados, mas isto se explica pela marginalização do Brasil e da América Latina. O primeiro mundo não se interessa por países endividados e estagnados. Collor foi, entretanto, bem recebido pelos governantes. Falou uma linguagem que eles entendem. Uma linguagem moderna. Garantiu que fará o ajustamento fiscal que o país necessita, que privatizará e desregulará, que liberalizará o comércio internacional, que combaterá as reservas de mercado. Collor fez muito bem em dizer tudo isto. Essa é a retórica - muito mais do que a prática - que o primeiro mundo hoje entende. É também o que basicamente acredita. Basta, agora, que Collor não acredite demais. O Brasil precisa muito, por exemplo, de liberalização comercial, mas não é possível ser radical nessa matéria. Os países do primeiro mundo não o são, por que nós o seríamos? A liberdade cambial é uma meta a ser alcançada no Brasil, mas seria uma irresponsabilidade adotá-la agora, com um país endividado e com um setor público quebrado. Como estamos vendo na Argentina, liberalização cambial em uma economia desestabilizada só potencializa essa desestabilização.

O importante na viagem de Collor, entretanto, é que o - presidente eleito parece não se ter comprometido com os credores em relação à dívida externa. Em seu discurso na Câmara Brasileira de Comércio do Reino Unido, por exemplo, ele declarou que "a negociação partirá de um plano macroeconômico de desenvolvimento". Está certo. Foi o que fizemos em 1987. Toda a negociação da dívida naquele ano foi baseado na projeção do balanço de pagamentos brasileiro que fazia parte do Plano de Controle Macroeconômico. E foi a partir da revisão desse plano, que fizemos em meados do ano, que chegamos à conclusão definitiva que só uma substancial redução da dívida seria compatível com as metas de crescimento do PIB incluídas no plano. A equipe de Collor poderá rapidamente repetir o exercício, mas não chegará a outra conclusão.

Collor diz que "não temos a ilusão de impor unilateralmente um caminho para a negociação". Tudo bem. É uma questão de retórica. O fato concreto, porém, é que para o Brasil resolver o problema da dívida - que é parte fundamental do déficit público -

não há outra alternativa senão deixar claro aos bancos que só retomaremos os pagamentos para aqueles bancos que aceitarem negociar seus contratos na base de uma redução substancial. Até há algum tempo o desconto necessário para compatibilizar o pagamento da dívida com estabilidade de preços e crescimento econômico era de cerca de 50 por cento. Hoje, com o agravamento da situação do país, essa porcentagem deve ser aumentada para 60.

A grande novidade dentro do Brasil é que nossas elites, que se revelavam sempre muito amedrontadas em relação a uma posição firme do Brasil, estão mudando de posição. Uma indicação muito clara disso foi a tomada de posição do jornal Folha de S. Paulo. Em seu editorial de 11 de fevereiro afirmou o jornal: "Dada a gravidade da crise impõe-se uma atitude de audácia no sentido de transferir as transferências imediatamente. Trata-se de informar os credores que o país retomará, pontualmente, o pagamento dos juros contratuais, porém não mais sobre o valor de face dos títulos, mas sobre seu valor no mercado secundário, hoje próximo a 20 por cento". A Folha sempre teve uma posição esclarecida em relação à dívida, mas também sempre muito cautelosa. Compreendeu agora que não é possível mais ser excessivamente cauteloso nessa matéria. Essa porcentagem poderia, através das negociações posteriores, ser dobrada. De qualquer forma, nada mais podemos nem devemos pagar além disso.

Decidida a redução, os organismos governamentais que contabilizam a dívida externa, os juros externos, o déficit público e as contas nacionais deverão passar a adotar imediatamente os juros reduzidos como base de seus cálculos, enquanto mais lentamente se negocia com os credores. Se o objetivo do ajuste fiscal é eliminar o déficit público imediatamente, através de um esforço de 7 por cento do PIB, a contribuição imediata da redução da dívida externa poderá ser de 1,5 por cento do PIB (cerca de 20 por cento do esforço fiscal). E é preciso que os agentes econômicos, que formarão suas expectativas a partir das medidas de ajuste fiscal, já tenham muito claro para eles que a dívida já foi reduzida e o déficit público eliminado. Senão o êxito da estabilização correrá risco.

A redução da dívida externa deverá, portanto, fazer parte integrante do ajuste fiscal. E essa redução será, em seguida, essencial para a retomada do crescimento. Ao mesmo tempo que se tomam as medidas de aumento de impostos, eliminação de subsídios, redução de despesas, eliminação da indexação, aumento dos preços públicos e desvalorização cambial, que darão substância ao plano de estabilização, será necessário decidir a redução da dívida. O ajuste fiscal legitimará a redução da dívida perante os credores, da mesma forma que a redução da dívida legitimará o ajuste fiscal internamente. Para isto será necessário coragem. Audácia mesmo. Mas Collor demonstrou audácia na campanha. Agora temos que esperar a mesma audácia no governo. Porque sem coragem, sem ousadia, sem audácia de enfrentar os interesses externos e internos não será possível vencer a crise brasileira.